PROJETO DE LEI Nº 741, DE 1995

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a criação do Conselho Superior de Segurança Pública do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica criado o Conselho Superior de Segurança Pública do Distrito Federal - CSSPDF, órgão colegiado de caráter consultivo, vinculado à Secretaria de Segurança Pública.

Art. 2º Integram o Conselho Superior de Segurança Pública do Distrito Federal - CSSPDF:

I - o Secretário de Segurança, na qualidade de presidente;

II - o Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal;

III - o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

IV - o Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal;

V - o Chefe da Casa Militar;

VI - o Diretor do Departamento de Trânsito do Distrito Federal;

VII - o Coordenador da Defesa Civil;

VIII - um representante do Ministério Público;

IX - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Distrito Federal;

X - dois representantes das entidades representativas da Polícia Civil do Distrito Federal;

XI - dois representantes das entidades representativas dos praças da Polícia Militar do Distrito Federal;

XII - dois representantes das entidades representativas dos praças do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

XIII - um representante da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Art. 3º Compete ao Conselho Superior de Segurança Pública do Distrito Federal - CSSPDF:

I - propor a formulação de uma política de segurança pública;

II - intercambiar informações sobre a criminalidade com os Estados e a União;

III - colaborar na preparação e na execução de normas operacionais, quando o delito interessar a outros Estados;

IV - intercambiar informações técnicas e científicas com os Estados e a União;

V - promover estudos e pesquisas relacionados com a criminalidade e a violência, bem como cursos de aperfeiçoamento de pessoal;

VI - efetivar a cooperação entre o Distrito Federal, os Estados e a União no combate à criminalidade, mediante acordos ou convênios;

VII - receber e encaminhar denúncias contra os órgãos a ele vinculados;

VIII - orientar a informatização dos arquivos policiais, compatibilizando-os de modo a permitir sua interligação e a conseqüente identificação instantânea de criminosos, procurados ou processados, em todo o território nacional;

IX - prestar colaboração ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, quando solicitado a coordenar medidas úteis à instrução processual e às execuções penais;

X - pronunciar-se quanto a:

a) medidas que possam afetar o nível moral do efetivo civil e militar do Distrito Federal;

b) necessidade de ampliação do efetivo e do equipamento (global, de cada corporação em particular ou da polícia civil);

c) grau de integração das corporações militares, da polícia civil e destas com a defesa civil;

d) aprovação de planos e projetos da defesa civil;

e) adequação da estrutura das corporações militares e da polícia civil às necessidades de segurança do Distrito Federal;

XI - coordenar o levantamento das necessidades do Distrito Federal no que tange à segurança (globais e por regiões administrativas);

XII - propor medidas que garantam a segurança no Distrito Federal, conforme o levantamento das necessidades (globais e por regiões administrativas).

Art. 4º O Conselho Superior de Segurança Pública do Distrito Federal reunir-se-á mediante convocação do presidente, de ofício, ou a requerimento de um terço dos membros do colegiado.

§ 1º O conselho deliberará mediante resoluções, cabendo ao presidente, além do voto de qualidade, a prerrogativa de deliberar, nos casos de urgência e relevante interesse, *ad referendum* do colegiado.

§ 2º Quando deliberar *ad referendum*, o presidente submeterá a decisão ao colegiado, na primeira reunião posterior à deliberação.

§ 3º O presidente do conselho poderá convidar representantes de entidades públicas ou privadas a participarem das reuniões, sem direito a voto.

Art. 5º O Conselho Superior de Segurança Pública do Distrito Federal é constituído dos seguintes órgãos:

I - Presidência;

II - Vice-Presidência;

III - Secretaria;

IV - Coordenadoria de Colaboração Operacional;

V - Coordenadoria de Legislação e Assuntos Parlamentares.

§ 1º A Vice-Presidência será exercida por um dos integrantes do Conselho, eleito por seus membros para mandato de um ano. Seu titular substituirá o presidente nos impedimentos eventuais deste.

§ 2º O Secretário Executivo do Conselho Superior de Segurança Pública do Distrito Federal será o Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

§ 3º A Coordenadoria de Colaboração Operacional será exercida pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

§ 4º A Coordenadoria de Legislação e Assuntos Parlamentares será exercida por um dos representantes das entidades dos praças da Polícia Militar do Distrito Federal.

Art. 6º O exercício da função de conselheiro não será remunerado, vedada a percepção de vantagens pecuniárias de qualquer natureza.

Art. 7º No prazo de trinta dias da publicação desta Lei, o Poder Executivo a regulamentará.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de fevereiro de 1997.